

Identificação:

uma metodologia de pesquisa para a arquivística

Ana Célia Rodrigues

Como citar: RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 197-215.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6.p197-215>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 10

IDENTIFICAÇÃO: UMA METODOLOGIA DE PESQUISA PARA A ARQUIVÍSTICA

Ana Célia Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Para a ciência, a pesquisa é uma atividade nuclear. Por pesquisa em arquivística, pode-se entender a que é realizada sobre qualquer tema ou questão que se refere à área de conhecimento (formação profissional, conservação, avaliação, organização, descrição, acesso, políticas públicas, gestão de documentos, história dos arquivos) e a que se relaciona diretamente com as práticas profissionais, desenvolvida no âmbito institucional, denominada *identificação*.

A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às

funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental.

O termo identificação surgiu no contexto da arquivística nos Anos 80, para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunha ao emergente desafio de implantar programas de gestão documental em países ibero-americanos.

Verifica-se em vários países que existe uma procura pela cientificidade da arquivística, caracterizada pela busca de seus fundamentos teóricos, pautados na reflexão sobre seu objeto e método, refletindo uma preocupação com a formulação de metodologias aplicáveis a qualquer sistema arquivístico. É necessário dar ênfase as atividades de pesquisa para a elevação do nível de qualidade e construção da arquivística, enquanto ciência.

A introdução da gestão de documentos nas práticas profissionais é um importante elemento que vem contribuir para o incremento da pesquisa na área, permitindo a consolidação de uma metodologia arquivística para o tratamento documental que passou a considerar o documento desde a gênese até sua destinação final: eliminação ou guarda permanente.

Nesse momento, assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teóricas e metodológicas passaram a ser utilizadas para a compreensão dos documentos contemporâneos. As pesquisas passaram a focalizar o documento de arquivo, em busca de características que o identifique e propiciem a normalização necessária exigida para a gestão de documentos, seja em meio convencional ou eletrônico e para tratar massas acumuladas em arquivos.

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea, que se ocupa dos estudos de tipologia documental, possibilitou a introdução de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que passou a ocupar um considerável espaço de reflexão na literatura da área internacional da área.

Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática aplicada à pesquisa para definição de requisitos de produção de documentos eletrônicos.

No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

A diplomática revisitada pela arquivística encontra na identificação, um novo espaço para o debate científico em torno do documento de arquivo, justificando uma extensa produção científica sobre os aspectos que as relacionam.

A Espanha tem dado uma efetiva contribuição para a construção da metodologia da identificação no campo da arquivística, produzindo estudos teóricos e aplicados que destacou o país no cenário internacional, influenciando a construção de tradições arquivística ibero-americanas.

Entretanto, a identificação de tipologia documental enquanto tema estreitamente vinculado à diplomática, não vêm sendo suficientemente estudado pela área. Os modelos de processos e dos instrumentos de identificação de tipologias documentais encontrados na literatura arquivística, embora bastante numerosos, são produtos de estudos de caso, nos quais se encontra fragmentos de contribuições teóricas. Os aspectos teóricos que envolvem a metodologia da identificação e, especificamente, da identificação de documentos realizadas nos parâmetros da tipologia documental, estão pulverizados na literatura, justificando a necessidade de sistematização dos fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e instrumentos que envolvem a construção teórica desta metodologia.

Neste cenário, algumas questões se colocam para a reflexão. Pode-se considerar a identificação como uma função independente no âmbito da metodologia arquivística? É possível normalizar os procedimentos e os instrumentos de identificação, utilizando os parâmetros da diplomática contemporânea, para definir requisitos de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos?

O Brasil recebeu a influência desta nova corrente teórica que se formou, mas o assunto vem sendo tratado por um reduzido número

de estudiosos e por um, ainda inexpressivo, segmento profissional. Os processos de identificação desenvolvidos por arquivos brasileiros não foram suficientemente analisados e, sobretudo, os parâmetros conceituais que fundamentam a identificação dos documentos no contexto destes procedimentos, aspectos que justificam o escopo desta pesquisa, cujo objetivo é sistematizar os fundamentos teóricos e metodológicos da identificação, especificamente na perspectiva da arquivística brasileira.

2 O TERMO E O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA

Identificação é o “[...] ato ou efeito de identificar; portanto de determinar a identidade, que é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (algo)”. Caracterizar é “[...] por em evidência o caráter, assinalar, distinguir, descrever com propriedade assinalando os caracteres (elementos individualizadores)” (FERREIRA, 1994/95).

Deslocando-se esta conceituação para o campo da arquivística, *identificação* vem a ser o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar estes elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade, que revelam o seu vínculo arquivístico.

Esse conceito, discutido por Luciana Duranti (1997), é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão que o produziu.

Nesse sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental.

A literatura registra o uso do termo *identificação*, para designar processos de trabalho realizados sobre os órgãos produtores, seus documentos e seus arquivos. A *identificação* como processo arquivístico tem suas origens nos Anos 1980, quando o termo começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas, de início na Direção de Arquivos

Estatais do Ministério da Cultura, para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos, a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Brasil, Colômbia, México e Portugal, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991.

Estes grupos desenvolveram trabalhos arquivísticos a partir de critérios e propostas comuns, com o objetivo de resolver o problema da acumulação de fundos de forma coordenada, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos em todos os países ibero-americanos e o início da construção de uma tradição arquivística.

A partir deste momento o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, sendo incorporados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística daquele país que a define como “[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DICCIONARIO..., 1993, p.37).

Para a arquivística espanhola, a *identificação* é uma fase independente da metodologia arquivística, qualificada como do tipo intelectual, a qual consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição).

Ainda nos Anos 1980, o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. Os processos de identificação desenvolvidos no Arquivo Nacional, tanto para tratamento de fundos acumulados como para implantação de processo de avaliação no contexto da gestão documental, passaram a servir de referencial para experiências semelhantes desenvolvidas em outros arquivos brasileiros. Neste contexto, destacam-se as metodologias propostas a partir das experiências desenvolvidas pelos

Grupos de Identificação de Fundos Internos e o de Fundos Externos (GIFI e GIFE) para solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos, assim como a metodologia de levantamento da produção documental desenvolvida para fins de avaliação de documentos no Ministério da Agricultura.

Dessas experiências iniciais de *identificação*, sobretudo dos trabalhos desenvolvidos pelo GIFI e pelo GIFE, resultaram a definição posta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) que também considera a *identificação* é como uma fase do processamento técnico dos arquivos, definindo-a como o “[...] processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. No Brasil, o conceito de identificação remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos. Muitas propostas de *identificação* foram surgindo no âmbito dos arquivos brasileiros a partir da adaptação destes modelos,

No Brasil, os processos de *identificação* incidiram sobre órgãos produtores, documentos e arquivos. Os modelos de análise documental proposto para realização de tarefas na área estiveram associados a outros processos de *identificação*, como o de *órgão produtores*, para efeito de organização de massas acumuladas ou o de *identificação de arquivos*, para fins de definição de estratégias para implantação de sistemas de arquivos.

2.1 O OBJETO DA IDENTIFICAÇÃO: O ÓRGÃO PRODUTOR E SEUS DOCUMENTOS

Esta fase da metodologia arquivística denominada *identificação*, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e o vínculo que mantém com o órgão que o produziu. “Este conhecimento sobre o órgão produtor combinado a um processo analítico dos documentos produzidos, a partir do conhecimento das suas características internas e externas, permite chegar à identificação das séries documentais” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.39).

A pesquisa pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de

documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos.

Durante o processo de identificação, as características da proveniência e de organicidade devem ser recuperadas, se o objetivo for o tratamento de massas documentais acumuladas e garantidas, quando a identificação for efetuada em documentos na fase de produção, para fins de implantação de programas de gestão de documentos.

A identificação consiste na pesquisa sobre os elementos implicados na “[...] gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido”, entendendo por “[...] sujeito produtor, a pessoa física, família ou organismo que produziu e/ou acumulou o fundo e por objeto produzido, a totalidade do fundo e cada uma dos agrupamentos documentais que o integram” (CARMONA MENDO, 2004, p.42).

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

A base metodológica da identificação é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original¹, é sua ‘melhor ferramenta’, pois estes princípios “[...] dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase” (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.40-41).

O princípio de proveniência determina a organicidade dos fundos e dos arquivos [...] e condiciona o agrupamento natural dos documentos determinando sua classificação [...] Junto ao princípio de proveniência, existe um princípio subsidiário, que tem estreita relação com aquele: o de respeito à ordem natural. Tem a ver com a ordem seqüencial e com a ordem procedimental dos documentos, ou seja, reflete o procedimento administrativo que determina sua origem (HEREDIA HERRERA, 2003, p.5-6).

Da aplicabilidade prática dos referidos princípios da proveniência e da ordem original, decorrem as tarefas que são realizadas durante esta fase

¹ *Princípio de Proveniência* significa, “[...] não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores” e, conseqüentemente, o da *Ordem Original*, que significa “[...] não romper com a ordem natural de produção dos tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinaram” (HEREDIA HERRERA, 2003, p.5-6).

do tratamento técnico. O procedimento da identificação é realizado a partir de um conjunto de atividades integradas, com uma unidade metodológica, desenvolvidas na seguinte ordem: primeiro identifica-se o “[...] organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), depois o elemento funcional (competências, funções e atividades), logo o tipo documental (procedimento administrativo e tramitação) e, por último, a delimitação da série documental”. É uma fase de estudo sobre gênese do fundo, realizada para tratar fundos administrativos ou históricos, cujo resultado será “[...] a organização do fundo propondo as bases para a avaliação e descrição”. Tem por objetivo o “[...] conhecimento exaustivo da instituição que produziu os documentos, sua evolução orgânica, competências administrativas e tipos documentais nos quais se materializam” (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.14; 42).

Esta pesquisa requer a busca de informações em fontes específicas, sobre o órgão produtor (contexto) e sobre os documentos (tipologia documental), estejam eles em fase de produção ou de acumulação. Aquelas informações são os “[...] elementos que caracterizam este contexto, no desempenho de competências e funções específicas deste órgão produtor e da tipologia documental, que registra os procedimentos administrativos realizados para cumpri-las” (CARMONA MENDO, 2004, p.40).

O primeiro momento da pesquisa consiste em identificar o órgão produtor, o elemento orgânico (estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) que o caracteriza.

A identificação do elemento orgânico significa reconhecer o órgão produtor dos documentos. O elemento funcional está representado pelas funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a série documental (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.158).

É necessário reunir todas as informações existentes sobre a evolução orgânica do sujeito produtor; disposições que regulam suas competências, normas e procedimentos que condicionam a aplicação real destas competências, normas que controlam a circulação interna e externa dos documentos na fase de produção, ou seja, “[...] toda a circunstância que

implica o estudo institucional [...] Este estudo permite o conhecimento da estrutura do órgão, seu funcionamento interno, suas competências e suas transformações históricas” (ALBERCH I FUGUERAS, 2004, p.108-109).

Este estudo das características que apresentam o órgão produtor dos documentos se viabiliza a partir dos dados encontrados em vários tipos de fontes de informações, que variam de acordo com a natureza do órgão, se público ou privado ou em função do momento de realização da identificação, se para tratar documentos em fase de produção ou de acumulação.

A informação sobre os elementos orgânicos e funcionais obtém-se através dos próprios documentos e da legislação. No caso de órgãos públicos, o estudo de todos os textos legais e normativos pertinentes à estrutura e funcionamento durante sua existência, permitirá conhecer as competências, funções e atividades desempenhadas que ficaram registradas nos documentos produzidos. São as normas oficiais que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão produtor, como leis, decretos, portarias, regulamentos de serviços, entre outros. Entretanto, podem ocorrer problemas nesta pesquisa.

Para o tratamento de documentos acumulados em arquivos, pode haver inexistência de legislação ou lacunas no período abrangido pelo conjunto de documentos. Neste caso é necessário recorrer a outros estudos históricos que tenham sido publicados sobre o órgão a ser analisado, a relatórios de serviços e até mesmo a relatos de antigos funcionários do órgão, que podem contribuir com elementos elucidativos para este estudo de contexto.

Para os documentos em fase de produção, pode ocorrer que nas fontes legislativas não estejam previstas todas as atividades desempenhadas pelo órgão ou que as normas legais estejam mal redigidas ou incompletas, dificultando a análise do modelo de gestão, o que torna esta fonte de informação falha, fazendo com que seja necessária entrevista com o gestor responsável pelo desenvolvimento dos procedimentos administrativos nos órgãos que estão sendo estudados, a fim de coletar dados sobre a realidade administrativa vigente (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.16-17).

Para se estudar documentos acumulados em arquivos, os instrumentos elaborados para a identificação de órgão produtores, têm

por finalidade reunir toda a informação relacionada com as mesmas competências que ao longo do tempo foram atribuídas a determinados órgãos produtores. São os seguintes:

1. *Índice de organismos produtores* - estruturado hierarquicamente, no qual, seja possível seguir a evolução orgânica de cada unidade administrativa estudo de cada organismo produtor de documentos, que tem por finalidade registrar a sua evolução administrativa durante o período de sua gestão administrativa. Apresenta os seguintes dados, em sua configuração: nome do órgão produtor, data de criação, data de supressão, especificação da legislação que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do órgão, nome dos organismos que precederam o atual cujas atribuições sejam as mesmas, nome dos organismos sucessores (herdeiros) de suas competências, tipos documentais produzidos, códigos de classificação.
2. *Repertórios de organogramas* - após recolher a informação sobre o órgão produtor, procede-se a elaboração dos organogramas que permitem conhecer, de forma gráfica, as mudanças estruturais que o organismo sofreu durante sua vigência. Em cada organograma, anotar-se-á a normativa de aprovação pertinente e a data que esta estrutura representa e serão elaborados tantos organogramas quantos sejam as mudanças estruturais ocorridas durante a gestão administrativa do órgão produtor analisado. Nasce paralelamente ao fichário, em que estão as cópias dos referidos textos normativos descritos no instrumento acima (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.159) .
3. *Índice legislativo* ou *Repertório legislativo de órgãos produtores*² – se forma a partir das fichas de coleta de dados sobre o órgão produtor, é um instrumento que tem por objetivo o estudo de cada norma individualizada, referenciada no primeiro instrumento. Deve ser elaborada quando existem muitas fontes de informação legislativa e, portanto, a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a evolução administrativa do órgão. Deve possuir os seguintes elementos: nome do organismo (definido por lei); assunto (resumo do conteúdo da norma); data de aprovação; data de publicação; especificação da norma (se é lei, decreto, etc.); nome do antecedente e do sucessor do organismo.

² CONDE VILLAVARDE, 1992, p.43.

Para implantar programa de gestão documental, a identificação dos órgãos produtores e de suas atribuições, tem por finalidade reconhecer no texto legal, a competência, funções, atividades e tarefas que associam à tipologia documental produzida neste contexto. Estes dados ficam registrados no seguinte instrumento:

Quadro 1: Estudo de Identificação de Órgão Produtor Sefin – Pms.

Competência	Função	Atividade	Tarefa	Tipo Documental
Auxiliar o Prefeito na implantação da política fiscal e financeira do município. (Art. 50, Parag. I, item B)	Gerenciar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual de Governo, na respectiva área de competência; (Art. 73, Parag. I, item A)	Exercer o controle da arrecadação dos Impostos Municipais, Contribuição de Melhoria e da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento; (Art. 80, Parag. I)	Analisar e quando for o caso fundamentar, a fim de subsidiar o processo decisório da autoridade competente, sobre alterações, cancelamentos, restituições, isenções, imunidades e lançamentos de tributos; (Art. 80, Parag. IV)	Processo de isenção/redução de IPTU

Fonte: Rodrigues e Garcia – 2012.

A identificação do tipo documental é o segundo momento da pesquisa, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem), para denominar o tipo e definir a série documental. A série constitui o objeto de estudo da arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico.

As fontes de informações utilizadas nesta fase, além das leis, decretos, portarias, regimentos e regulamentos internos, são as consultas diretas às pessoas que estejam tramitando e produzindo os documentos, ligando-os às funções e atividades que produzem os documentos.

Uma vez identificada a unidade administrativa e os tipos documentais em que se materializam de suas competências, funções e

atividades, será necessário estudar as normas que regulamentam os processo de tramitação que teve cada tipo documental na sua fase de produção.

Isto permitirá conhecer os documentos que conformam cada tipo documental, as unidades que intervêm na tramitação, o número de cópias que são produzidas, os que se conservam e onde, assim como a existência de documentos cujos dados estejam registrados em outros documentos (CONDE VILLAVÉRDE, 1992, p.43).

Nessa fase, será formatado o instrumento que registra os dados identificadores de cada série documental. Rodrigues (2003, p.8) propõe dois formatos para identificação de tipos documentais, um para estudar o documento em fase de produção e definir sua avaliação e outro aplicado aos documentos em fase de acumulação, para efeito de classificação e descrição no arquivo permanente. Ambos são denominados *ficha de identificação de tipologia documental* e contemplam os seguintes elementos:

Para identificar documentos na fase de produção, no contexto dos programas de gestão de documentos, para fins de avaliação:

Quadro 2: Ficha de Identificação de Tipologia Documental.

Órgão produtor e subordinação			
Atividade			
Tipo documental			
Objetivo da produção			
Conteúdo (dados que se repetem)			
Fundamento legal			Documentos anexos
Tramitação			
Vias/cópias	Destino (órgão ou pessoa)	Objetivo	Quem assina
Prazo de arquivamento sugerido: _____			Destinação: () eliminar () preservar
Entrevistado		Entrevistador	Data

Fonte: Rodrigues – 2003.

Para identificar documentos na fase de acumulação, para fins de organização e descrição:

Quadro 3: Ficha de Identificação de Tipologia Documental.

Data-limite	Classificação
Entrada descritiva (tipo documental e descrição do conteúdo)	
Notação Quantidade	
1870 – 1888 CM	
Fazenda	
Arrecadação	
Requerimentos para concessão de licença de negócios e profissões	
Nome, assunto, local, data, assinatura do requerente	
P 01/Cx 10 20 docs	

Fonte: Rodrigues – 2003.

3 A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA COMO FUNDAMENTO PARA IDENTIFICAR OS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Nos Anos 80, as experiências metodológicas desenvolvidas na Espanha no campo da tipologia documental, como o de Vicenta Cortés Alonso e o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri para classificar e descrever documentos públicos se tornou referência para estes estudos arquivísticos em países latino-americanos e no Brasil.

O objetivo proposto para a análise era “[...] determinar o tipo documental [...] para saber de que documentos se tratam e quais são seus iguais, para colocá-los juntos, portanto, formar as séries”. O resultado das análises fica registrado no manual de tipologia documental, “[...] cuja publicação servirá de apoio para as unidades administrativas para sua tramitação, constituindo uma peça chave para a gestão documental e constituirá um guia e instrumento normalizador para os arquivistas” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.7).

Vicenta Cortés Alonso (1986, p.424-426) apresenta os elementos utilizados para elaboração do *manual de tipologia documental* para os arquivos municipais da Comunidade de Madri:

Quadro 4: Elementos para Elaboração de Manual de Tipologia Documental.

Série documental: denominação, código, caracteres externos (gênero, suporte, formato e forma)
Entidade produtora
Destinatário
Legislação
Tramitação
Documentos básicos que compõe o processo
Ordenação da série
Conteúdo
Vigência administrativa
Prazos de destinação

Fonte: Cortés Alonso – 1986.

Este modelo tornou-se um clássico para trabalhos de avaliação com base na tipologia documental. O modelo do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri foi usado, adaptado e inovado por vários arquivistas e pesquisadores de arquivística.

Heloisa Liberalli Bellotto (2004) faz distinção entre o objeto da diplomática clássica e da nova diplomática, a tipologia documental, e seu método de análise, que são complementares para a identificação dos documentos arquivísticos. Revisando a literatura clássica da diplomática, apresenta a metodologia para a caracterização do documento jurídico, a espécie documental, objeto e campo de estudos da diplomática clássica.

O método de análise tipológica se tornou conhecido pela arquivística brasileira, a partir dos estudos de Bellotto (1982; 1990). A autora inova teorizando sobre o método desenvolvido pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e apresentando os fundamentos da tipologia documental, aspecto que não havia sido tratado anteriormente por Cortés Alonso (1986) ao divulgar a metodologia.

Para efeitos de identificação da tipologia documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da diplomática clássica, porque através dele se chega a espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie

no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da tipologia documental.

O objeto da *Identificação diplomática* “[...] é a unidade arquivística elementar, analisada enquanto espécie documental” e definida como a “[...] configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”. A espécie documental diplomática é “[...] aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial”. A análise diplomática verifica os elementos da estrutura do documento, preconizados pela diplomática clássica, ou seja, protocolo inicial, texto e protocolo final, com suas subdivisões. Chega-se assim ao requerimento, ao decreto, à portaria, entre outros formatos, que servindo aos propósitos da ação que o utiliza como veículo, gera o tipo documental, base para a formação das séries de arquivo (BELLOTTO, 2000, p.17; 27).

A *Identificação tipológica* tem por objeto o tipo documental, que reflete a “lógica orgânica dos conjuntos documentais”, que por definição é a “[...] configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO, 2002, p.20).

A partir do reconhecimento e comparação do tipo, se forma a série documental, definida “[...] como a sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTO, 1996). A título de exemplo, citamos o *requerimento*, como uma *espécie*, uma estrutura que somada à *atividade* que determinou sua produção em um contexto, resulta em um *tipo documental*. Se requerimento é uma espécie, um instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública baseado em atos legais ou em jurisprudência, como tipo poderá ser um requerimento de licença de férias, requerimento para aprovação de projeto de construção, requerimento de aposentadorias, os quais são diferentes entre si porque resultam de atividades distintas.

Portanto, a denominação da série documental obedece a fórmula do tipo: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção (RODRIGUES, 2008).

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem. “É a própria ação auto documentada”, como define Menne-Haritz (1998). “Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações”, e constitui o núcleo do documento, ressalta Heather Mac Neil (2000, p.93). Desta característica essencial, inerente a sua gênese, decorre sua natureza probatória.

Se o vínculo arquivístico que o documento mantém com sua origem é o enunciado desta nova perspectiva de análise, os elementos que o representam passam a integrar o método, agora denominado de análise tipológica.

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística.

Para alguns teóricos da arquivística, a diplomática continua sendo a ciência originalmente criada para atribuir autenticidade ao documento, a peça documental produzida a partir de atos emanados pelo sistema jurídico. O princípio analítico-comparativo preconizado pela diplomática clássica, aplicado à arquivística, constitui a base dos estudos de gênese documental, que tem por finalidade identificar os documentos produzidos por relações estabelecidas em qualquer contexto de produção, para além daquelas juridicamente válidas.

Influência desta corrente teórica fica evidente em nossas pesquisas³, que referenciam a tipologia documental como ferramenta metodológica para o desenvolvimento de tarefas de gestão documental e de tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo e às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias

³ Ver RODRIGUES (2003) e RODRIGUES (2008).

arquivísticas. A perspectiva aberta pelo Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, que a considerou como fase independente no tratamento documental, foi uma importante contribuição dada para a reflexão teórica sobre o assunto no cenário internacional. Hoje, esta ideia permeia o discurso de teóricos da área, embora ainda não tenha sido objeto de sistematização.

A literatura registra significativas contribuições teóricas sobre o processo de construção desta metodologia, produto de experiências e reflexões sobre sua aplicabilidade no campo das funções arquivísticas. Nestes relatos encontram-se os fundamentos para a sistematização desta tarefa, mas o assunto não foi suficientemente discutido pela área para se chegar à normalização de parâmetros.

Nesta perspectiva, a sistematização da *identificação* como função arquivística, viria suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização de procedimentos metodológicos dos quais dispõe o arquivista para tratar os documentos ao longo do seu ciclo vital, abordagem que é objeto da atual pesquisa que vimos desenvolvendo.

REFERENCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. *Los archivos, entre la memória histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL. *Identificação de documentos em arquivos públicos*. Rio de Janeiro, 1985a. (Publicações Técnicas, 37)
- ARQUIVO NACIONAL. *Manual de identificação de acervos documentais para transferência e recolhimento aos arquivos públicos*. Rio de Janeiro, Ministério de Justiça/Arquivo Nacional, 1985b. (Publicações Técnicas, 40)
- ARQUIVO NACIONAL. *Manual de levantamento da produção documental*. Rio de Janeiro, 1986. (Publicações Técnicas, 44)
- BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo/Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)
- BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n.195, p.9-17, 1982.
- BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, Rio Claro (SP), v.0, n.1, p.4-15, 1990.

CAMARGO, A. M; BELLOTTO, H. L. (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método en archivística. In: *Documenta & Instrumenta*, Madrid, v.1, p.35-46, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/document/htm/default.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CONDE VILLAVERDE, M. L. *et al.* La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In: JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1., 1991. *Actas...* Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p.15-19

CONDE VILLAVERDE, M. L. *Manual de tratamiento de archivos administrativos*. Madrid: Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura, 1992.

CORTÉS ALONSO, V. Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de ANABAD*, Madrid, n.3, p.419-434, 1986.

DICCIONARIO de Terminología Archivística. Madrid: Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura, 1993.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DUPLÁ DEL MORAL, A. *Conceptos básicos*. Subdirección General de Archivos de la Comunidad de Madrid. Disponível em: <<http://www.madrid.org/clasartes/archivos/conceptos/conceptos.html>>. Acesso em: 16 set. 2005.

DURANTI, L. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Vancouver (Canada), v.11, p.213-218, 1997.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira; Folha de São Paulo, 1994/95.

HEREDIA HERRERA, A. *El principio de procedencia y los otros principios de la arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta, 5)

LA TORRE MERINO, J. L.; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, M. *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes; S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales)

LÓPEZ GÓMEZ, P. Los archiveros y sus investigaciones. *Métodos de Información*, v.5, n.22-23, p.37-43, 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>>. Acesso em: 20 set. 2005.

MACNEIL, H. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic, 2000.

MENNE-HARITZ, A. What can be achieved with archives? In: STOCKHOLM CONFERENCE ON ARCHIVAL SCIENCE AND THE CONCEPT OF RECORD, 2., 30-31 May, 1996. *The concept of record: report*. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p.1124.

MOLINA NORTES, J.; LEYVA PALMA, V. *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla – La Mancha, 1996. (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2)

RODRIGUES, A. C.; GARCIA, N. D. P. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 18., 2012. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 26 set. 2010.

RODRIGUES, A. C. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

RODRIGUES, A. C. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. *Cadernos de Estudos Municipais*, Minho (Portugal), v.17/18, jun./dez. 2005.